

Significações nacionais de expressões locais: cultura, região e mídia no Brasil

Sebastião Guilherme Albano da Costa,
Maria Érica de Oliveira Lima*

Índice

Introdução	2
1 Momentos decisivos: Estado nacional, políticas culturais e ascensão da mídia no Brasil	2
1.1 Pilares das políticas culturais na América Latina e no Brasil . . .	4
1.2 Federalismo e as posições regionalistas	10
1.3 A identidade cultural, o localismo e a proximidade no campo midiático	12
Considerações finais	16
Bibliografia	17

*Sebastião Guilherme Albano da Costa é Professor adjunto do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutor em Comunicação Social pela Universidade de Brasília, com *sandwich* na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) e na University of Texas at San Antonio (UTSA). Pesquisador do GEMINI: Estudos da Mídia. E-mail: sgac@ufrnet.br
Maria Érica de Oliveira Lima é Profa. adjunta do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutora em Comunicação Social pela Umesp e *sandwich* UFP, Porto (Portugal), como bolsista do Programa AlBan. Pesquisadora da Base Comunicação, Cultura e Mídia (Comídia/UFRN). E-mail: mariaerica@cchla.ufrn.br

Resumo

Este artigo está embasado em premissas da modernidade latino-americana. Não obstante, sua idéia principal tange à regularidade de motivos regionais na composição da imaginação nacional surgida com a ascensão dos processos de industrialização e da cultura no Brasil do século XX. Se tomarmos peculiaridades históricas tal como o embate entre forças regionais e federais na constituição do estado, os ciclos econômicos que levaram à alternância na hegemonia econômica nacional, ações políticas, etc. percebemos que a indústria cultural e seu caráter transnacional tiveram uma matéria prima histórica e já sistematizada pelas Ciências Sociais e (re) configurada pela Comunicação que puderam adaptar os estímulos expressivos regionais aos suportes e às especificidades cognitivas que a caracterizam. Numa leitura epistemológica e conceitual apresentamos o estudo sob o prisma da identidade cultural, localismo, proximidade, regionalização, nacionalização, espacialização e territorialização.

Metodologia: O artigo é resultado de uma pesquisa qualitativa, cujos métodos dedutivo, dialético e observacional estão

representados nas técnicas de pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Ciências da Comunicação e Sociais, Localismo, Nacional, Regional, Território, Espacialização, Identidade cultural e Proximidade.

Abstract

This article is based on issues of Latin America Modernity. Its central idea is related to the construction of regional cultural motifs throughout national imagination and vice-versa, phenomena emerged in parallel with industrialization processes in Brazil. Taking historical problems such as the clash between federal and regional forces, and economic hegemony cycles, we argue that stronger cultural legacy, already outlined by Humanities, Media Studies and Social Sciences, is mainly related to culture industry and its transnational character, which could adapt regional stimulus to broader audiences, setting up a general cognitive framework. In order to reach the goal, we use concepts such as cultural identity, location, proximity, regionalization, nationalization, spatialization, and territorialization.

Methodology: This article is a result of qualitative research and deductive methods, with dialectic and observational techniques.

Keywords: Communication and Social Sciences, Local, National, Regional, Territory, Spatialization, Cultural Identity, and Proximity.

Introdução

Este artigo compõe-se de um resumo e várias simplificações resultantes dos limites do projeto científico. Em verdade, é um compêndio de um trabalho mais vultoso e ensaístico sobre os processos de formação do pensamento sobre a cultura nacional brasileira com ênfase na produção de sentido efetuada pela circulação dos *mass media* e dos discursos que os legitimaram durante o século XX. Naquela proposta tratamos da dinâmica de ascensão de séries simbólicas e cognitivas relacionadas com as representações literárias, cinematográficas e musicais cujos modelos são a idealização da vida cotidiana, a iconografia e os ritmos musicais provenientes da região nordeste do Brasil. Como consideramos também seu intercâmbio com os enunciados que compõem os grandes temas das ciências humanas e sociais, aqui lançamos mão de simplificações que pudessem dar conta desse fluxo, resumindo digressões e ponderações a noções como identidade cultural, representação, territorialização, redução estrutural, e conceitos como localismo e proximidade, entre outros em que tratamos apenas de indicar as matrizes e tangenciar o processo. Para tanto, nosso método parte da descrição sucinta das primeiras políticas culturais realizadas no âmbito do Estado nacional, passa pela questão da cultura brasileira e chega à ascensão da mídia como ator importante de transmissão de informação e conhecimento e de reformulação e atualização do regime de representações.

1 Momentos decisivos: Estado nacional, políticas culturais e ascensão da mídia no Brasil

O tema da representação e sua relação com a formação de identidades (HALL, 2003:28) é crucial e para levar esta reflexão a bom termo, começaremos com um esboço das primeiras iniciativas do estado brasileiro de configurar uma nacionalidade a fim de cultivar o campo do futuro regime representativo, do qual trataremos mais adiante. Quando se estudam as formações da *cultura*, uma das séries mais solicitadas pelos pesquisadores é a de *cultura nacional*. Nos termos de Guillermo Bonfil Batalla, essa categoria encerra uma posição assimétrica entre duas culturas, uma própria e outra imposta, fato que sugere a necessidade de um controle cultural, “la capacidad de decisión sobre los elementos culturales” (1997:49), que não deve ser relegada quando se executa um exame (ALTHUSER, 1968; GRAMSCI, 1975). Ademais, nenhum país da América Latina consegue observadas as diferentes proporções dos desafios, descreverem os mecanismos de produção e reprodução de tradições culturais que se enlaçam em seu interior e delimitá-los a um só *ethos* nacional. No século XX as forças econômicas da indústria cultural em várias ocasiões tomaram o controle dessa tarefa e se tornaram um ator importante na representação das culturas nacionais ou, em todo caso, de sua versão *globalizada*.

Agora bem, uma política cultural supõe uma série de prerrogativas que vão do que um grupo entende em teoria como *cultura*, até a circunstância específica em que se aplicam ações afirmativas a fim de garantir a sobrevivência das tradições materiais e simbó-

licas de uma comunidade. Com respeito à América Latina e especificamente ao Brasil, ao se consolidar uma consciência de sua especificidade cultural e conseqüentemente ao se pensar em uma política para sua manutenção, incentivo e divulgação, sempre se levou a cabo um exercício de discernimento que acabou por inscrever sob o mesmo programa de ação um *corpus* reduzido, mas heterodoxo de manifestações tradicionais.

Nessa parte do mundo, os padrões que consignam as prioridades são árduos de serem estabelecidos, mas sempre estão associados, primeiro, a uma apropriação mais ou menos reflexiva dos parâmetros da modernização política e econômica do mundo ocidental pelos atores sociais de maior mobilidade, ao mesmo tempo em que implica um exercício de auto-reflexão, tendo em vista a necessidade de incorporar setores *mais tradicionais* e *autóctones* nesse processo. Foi por isso que identificamos que o advento da popularização dos meios de comunicação eletrônicos na região veio em compasso com a criação de um mercado consumidor interno, ambos definidores da conformação do nosso estado e também de nossas nacionalidades, que já surgiram modernas.

Não obstante, importa comentar que o caráter transnacional ou desarraigado de tais meios e dos produtos industrializados, consoante à formação cultural internacionalista dos seus promotores aqui, também favoreceu a que os fenômenos mais plásticos dos folclores regionais ganhassem maior projeção do que os intimistas. Para exemplificar, basta recordar que já em meados do século XX, o samba baiano e carioca, mais os ritmos e a iconografia embasada nas intempéries climáticas e humanas que assolavam o Nordeste, reuniram-se ou tomaram o lugar

do índio amazônico, da religiosidade e das relações urbanas cariocas e até paulistas retratadas pelos romances, pelo teatro e pelas artes plásticas dos cem anos precedentes.

Resulta mesmo revelador o fato de que no audiovisual como antes nos romances apenas couberam nos suportes discursivos as formas mais maleáveis do que se considerava cultura popular, isto é, as formas que melhor haviam negociado com o sistema de nacionalização em que os romancistas estavam inseridos e que depois melhor puderam adaptar-se ao sistema de reprodução técnica, quase que por definição desarraigada do meio audiovisual, mas que ao princípio buscou a territorialização para consolidar-se. Desse *corpus*, todavia, os resultados mais vigorosos foram os que mantiveram certa especificidade dentro e fora do compósito discursivo e ao mesmo tempo engendraram novas funções no quadro simbólico local.

Com a formação do estado depois da independência, à criação de políticas culturais no Brasil e em toda a América Latina esteve caracterizada pela maneira como esse Estado, carecendo de uma simbologia nacional para seguir com o programa moderno, apropriou-se de estruturas institucionais universalistas a fim de organizar uma sociedade embasada em relatividades culturais arraigadas. Como se sabe, a rigor, aqui o Estado veio antes que a nação (CASTAÑEDA, 1993). Assim, o movimento seletivo de legitimação cultural redundou em uma verdadeira instituição dos significados, fato que se maximiza quando se percebe que muitos dos elementos que se consideram tradicionais na atualidade têm uma história recente e uma origem inventada (HOBSBAWM e RANGER, 1992). A relevância da assertiva cresce também quando se percebe que o cinema, o rádio e a televisão

priorizaram a representação de tipos físicos, sociais e paisagísticos que corroboravam seu pendor pela focalização do *pathos*, já insinuado com o romance do dezenove. Daí que o efeito tenha sido uma espécie de naturalização da iconografia do Nordeste, por exemplo, por intermédio dos interesses do Sul, suscitando de fato uma nacionalização das representações do Brasil a partir de uma pré-fabricada imaginação nordestina.

1.1 Pilares das políticas culturais na América Latina e no Brasil

A história das políticas culturais na América Latina pode ser traçada a partir da colonização e da criação das universidades, centros educacionais ou instâncias de disseminação de conteúdos necessários para o equilíbrio da administração pública. Dada a associação entre igreja e estado dos séculos XV ao XVIII, em geral as escolas criadas aqui mantinham cursos de filosofia (teologia), junto aos de direito canônico e direito civil, medicina e artes. A existência de máquinas de imprensa desde o início da colonização em algumas áreas da América supõe o *status* outorgado pela metrópole à colônia e encerrava em si mesmo o estilo de colonização. A Inglaterra e Portugal, por exemplo, não criaram universidades em suas propriedades, ao passo que a Espanha desde 1538 fundou a *Universidad de Santo Domingo*, na ilha La Hispaniola, em cujo território atualmente estão o Haiti e a República Dominicana. Em 1551 foram criadas as instituições mais importantes, a *Real Universidad de México* e a *Universidad de San Marcos de Lima*, financiadas diretamente pela coroa de Castela. No

México, ademais, o primeiro bispo da Nova Espanha, Frei Juan de Zumáraga, e o vice-rei Dom Antonio de Mendoza, fizeram as gestões necessárias para que fosse introduzida a imprensa na região e mesmo havendo um estrito controle dos conteúdos reproduzidos, propiciava o meio de disseminação do conhecimento.

No Brasil, a primeira instituição educativa foi construída pelos jesuítas na Bahia em 1550, mas como as 17 posteriores, não tiveram designação de universidade, muito embora em algumas delas houvesse cursos superiores de artes e teologia. Com o traslado da coroa portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808, Dom João VI trouxe consigo cerca de onze mil cortesãos, muitos deles alfabetizados, parte do acervo da Biblioteca Nacional e uma máquina de imprensa. Ao chegar, criou escolas de educação superior, isto é, as faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, e as faculdades de Direito de São Paulo e Olinda. Mas a primeira universidade brasileira foi construída em Manaus, capital do estado do Amazonas, em 1909, e financiada por grupos privados beneficiados pelo auge da borracha na região. A mais importante e duradoura instituição de educação foi fundada no Rio de Janeiro em 1920, e obrigada a mudar de nome em diversas ocasiões. De outro lado, o conde da Barca, ministro de Dom João, fundou aqui em 10 de setembro de 1808 a *Gazeta do Rio de Janeiro*, uma folha colaboracionista que servia como contrapartida ao *Correio Braziliense*, considerado o primeiro jornal brasileiro, editado em Londres por Hipólito da Costa, um degredado contrário à monarquia.

De acordo com a tese de Ángel Rama (1984), os incentivos à cultura na região sempre foram dirigidos e resguardados por

certa parcela da população que ele situou na chamada *ciudad letrada*, em geral habitada pelos peninsulares ou *criollos* que até os primeiros decênios do século XIX reproduziram aqui a visão de mundo européia. Não é um excesso afirmar que as zonas urbanas são o espaço natural de produção das manifestações culturais de maior prestígio (teatro, literatura), de vez que é ali onde são administrados os assuntos políticos, econômicos e jurídicos do Estado e da sociedade, o que implica um registro escrito dessas relações (leis, informes, memorandos etc.) e um exercício de gestão que favorece a habilidade reflexiva. Na América Latina redundou em que tal espaço teve grande relevância comparado com o campo, em que a oralidade, as práticas artesanais e as festas religiosas compunham o panorama do que se conhecia como cultura. Esse poder dos signos citadinos e, porque não dizer, cosmopolitas entre os brasileiros se reforça com a industrialização no século XX e com as hordas de imigrantes do sertão do Nordeste vindas a São Paulo e ao Rio de Janeiro e a conseqüente reelaboração dos conteúdos de suas tradições folclóricas, da vida cotidiana e sua adequação aos gêneros discursivos dos meios (do romance às telenovelas) e, devido à penetração desses formatos na sociedade, à nacionalização desses conteúdos. Antes, a disjuntiva entre cidade e campo foi radicalmente representada na Argentina por Domingo Faustino Sarmiento em *Civilización y barbarie: Vida de Juan Facundo Quiroga*, 1845, uma glosa do imaginário pós-colonial da região.

Para constatar o caráter rural e a vocação agrícola do país, pode evocar dois argumentos já verificados. O primeiro diz respeito à falta de disposição das elites locais para mudar o sistema de produção brasileiro, base-

ado no latifúndio, no trabalho escravo e na monocultura. As mudanças necessárias para uma modernização efetiva não ocorreram nem sequer com a Independência política do Brasil de Portugal, mais um acordo de cavaleiros que uma ruptura, algo patente na permanência de um herdeiro do trono lusitano à frente do Estado. O segundo refere-se a que pouco antes da vinda de Dom João VI para o Brasil, haviam apenas cinco cidades com mais de cinco mil habitantes. Rio de Janeiro (50.000), Salvador de Bahia (45.000), Recife (30.000), São Luiz do Maranhão (22.000) e São Paulo (15.000), e todas eram porto, salvo São Paulo, que era uma espécie de “boca do sertão” (COSTA, 1977:180). Esses números são significativos se os confrontamos com o 2.8 milhões de brasileiros existentes, o que nos leva a concluir que a maioria da população, cerca de 95 por cento, vivia mesmo no campo e que os núcleos urbanos aqui tiveram uma função meramente comercial, e “havia pouco lugar para instrução e cultura” (COSTA, 1977:183). Até meados do século XIX essa situação, assim observada, prossegue sem mudanças (SANTOS, 1993: 20). Como diz Emília Vioti da Costa:

O uso de mão-de-obra escrava, a auto-suficiência do latifúndio, o baixo padrão de vida do trabalhador livre, restringiam a expansão do mercado interno, inibindo o desenvolvimento do artesanato, das manufaturas e do comércio interno, limitando as forças urbanas” (1977:181).

Agora bem, vindo a questão de outro ângulo, percebe-se que em princípios do século XX, apenas três cidades contam com mais de cem mil habitantes, Rio de Janeiro (274.972), Salvador (129.109) e Recife (116.671). Cabe o comentário ainda que em

1940, o índice de população urbana no Brasil era de cerca de 25 por cento (SANTOS, 1993:29). Malgrado essa situação, em 1940, quando a população brasileira alcançava já 41 milhões de pessoas, o Nordeste contava com uma taxa de urbanização de 23,4 por cento, apenas acima do Centro-Oeste. O Sudeste, de outro lado, a taxa era de 39,4 por cento.

Seguindo nesse fenômeno de apropriação/territorialização, cabe mencionar que logo em seguida das revoluções de Independência e conforme avançava a construção das estruturas do Estado, o espaço mítico da urbanidade em que as idéias eram discutidas e cotejadas teve de se estender e ganhou corpo com a chegada dos imigrantes do campo às cidades, o transporte dos valores de um lugar a outro e o conseqüente processo de aclimação. As manifestações da cultura popular foram integradas ao espectro oficial de representações da nação formada havia pouco como uma estratégia mais ou menos inconsciente, em especial na segunda metade do século XIX, para apoiar o componente anti-ibérico entre os americanos que falavam português ou castelhano, o que estimulou a descolonização das mentalidades em favor da formação de um quadro de referências próprias. Os *valores aristocráticos* atribuídos (Costa, 1977:184) às cidades em pouco tempo tiveram de conviver com valores rurais e agrícolas, possivelmente valores plebeus ou, na denominação republicana, *valores populares*.

Desse período são os primeiros fenômenos de migração interna e externa no Brasil, com massas de escravos nordestinos, já decadentes devido a que perderam seu valor de troca a partir da cessação do tráfico negreiro em 1850, deslocando-se para traba-

lhar nas lavouras de café próximas às cidades de São Paulo, a fim de substituir o negro na mão de obra e apoiar os estrangeiros que também imigravam, especialmente portugueses, italianos, espanhóis e alemães. Cabe remarcar a nota de que os nordestinos que iam para o Sul eram escravos, e não sertanejos como ocorreria futuramente. Como a situação fosse basicamente semelhante em parte da América Latina, pode-se dizer que, no século XIX, uma manifestação primordial desse tipo de nacionalismo pode ser advertida no romance do mexicano Joaquín Fernández de Lizardi, *El periquillo sarniento*, 1816, em que um pícaro relata as calamidades da sociedade colonial, e de maneira mais elaborada e romântica no Brasil, com a publicação de *O guarani*, em 1857, por José de Alencar, e na Argentina com o *Martín Fierro*, 1872, de José Hernández, obra que consagra a figura do gaúcho como o personagem-tipo da região do Pampa. Segundo Ángel Rama, nesses romances pouco a pouco se pode notar que a ascendência das massas sobre o sistema cultural se tornou algo incontornável, mas ainda havia na forma letrada um viés elitista na sociedade de então. Assim a emergência das massas

[...] fue abonada, más que por los discursos de los intelectuales que capitanearon la ola, por la emergencia a la aceptación pública, ya sin vergüenza, y con respaldo oficial, de las culturas populares que si bien existían desde hacía mucho tiempo y eran el patrimonio de los más, no habían sido reconocidas como válidas, ni desde luego, apoyadas para facilitar su expansión.

Para coincidir com sua opinião bastaria ver os casos do romantismo indianista que se desenvolveu no Brasil, e mesmo de Domingo

Faustino Sarmiento na Argentina, que foi um importante adversário político do ditador Juan Manuel Rosas (1829-1832 y 1835-1852). Muita embora ainda exista nessa situação uma desproporção entre formas, conteúdos e público difícil de ser franqueada, as obras desse período já buscavam incorporar em definitiva os segmentos menos privilegiados nas estruturas de acesso cultural do estado, antes do advento dos *mass media*. Renato Ortiz, por exemplo, recorda que as obras do romantismo que visavam a conformar uma imaginação nacional se encontravam com entraves para se solidificarem, primeiro porque tinham um público reduzido numa sociedade de iletrados, depois porque excluía o homem negro do cenário de representação, um componente importante da constituição étnica e social do Brasil:

O movimento romântico tentou construir um Ser nacional; no entanto, faltaram-lhe condições sociais que lhe possibilitassem discutir de forma mais abrangente a problemática proposta. Por exemplo, o *Guarani* é um livro restritivo.

De qualquer maneira, essa orquestração oficial deficitária foi a que incidiu na promoção cultural posterior e principalmente no século XX no Brasil, e isso em um contexto em que se empreendia a tarefa da industrialização, ocasionando o contraponto do atraso econômico do campo, por exemplo, com efeitos deletérios para as comunidades que não conseguiram integrar o novo esquema, entre elas os negros e os indígenas, associadas ao diletantismo e à insolência pelas teorias positivistas do século XIX, e dos nordestinos, outro contingente humano em desvantagem perante o modelo de sociedade que

se formava. Mas, nesse último caso, estavam respaldados por teorias que consideravam o sertanejo o verdadeiro homem brasileiro, como o atesta Capistrano de Abreu em *Capítulos de história colonial* (1907), e pelo fato de não serem de maioria negra, o que lhes permitia manter, mesmo nas lavouras e fábricas do Sul, suas tradições e, como consequência, produzir novas variações discursivas e simbólicas que agradavam a seus conterrâneos já instalados em São Paulo. Com efeito, pela quantidade de migrantes e pelo fato de que desenvolviam um sentimento de origem comum, configuravam um mercado bastante forte e influente.

De acordo com um documento publicado pelo Memorial do Imigrante, de São Paulo, em 1923 houve um recrudescimento do fluxo de nordestinos para São Paulo. Em 1935, durante o governo de Armando Salles de Oliveira, decidiu-se estimular oficialmente a vinda de nordestinos para o estado, com o objetivo de suprir a lavoura de mão de obra. Por iniciativa do governador foi criado o sistema de contratos com companhias particulares, como havia ocorrido antes com os estrangeiros, para a introdução de trabalhadores brasileiros. No contrato constava o custeio de passagem e bagagem, mais um salário para a família. Em 1939 criou-se a Inspeção de Trabalhadores Migrantes com a finalidade de substituir as firmas particulares. Com estímulos do governo, as entradas passaram a ser maciças, atingindo em 1939 a casa dos 100 mil. Entre 1941 e 1949 foram encaminhados à lavoura 399.937 trabalhadores procedentes de outros estados, sendo que mais de 100.000 provenientes do Nordeste.

Nos decênios de 1950 e 1960 verifica-se também crescimento, mas o destino não seria mais a lavoura, mas as fábricas que se proli-

feravam no estado de São Paulo. A migração em 1950 apresentava o seguinte quadro: Minas Gerais contribuiu com quase 50% do fluxo. A Bahia é o Estado que mais contribuiu depois de Minas Gerais, com 17,56% do fluxo. Somente esses dois Estados representavam 65,04% do total de imigrantes. Pernambuco, Alagoas, Ceará, Paraíba, Piauí, Sergipe e Rio Grande do Norte representavam cerca de 15%.¹

No Brasil, a implementação das primeiras políticas culturais do século XX, foram iniciadas por Mário de Andrade em São Paulo e Gustavo Capanema em âmbito nacional, e esteve marcada, ao menos no caso desse último, por uma espécie de romantismo compensatório, tardio e renovado, promovido por um estado que se encontrava na encruzilhada de ter de se integrar à nova ordem das relações internacionais sem sacrifício de sua soberania. O deslocamento da raça pela cultura como categoria de análise nas ciências humanas e sociais proporcionou um lastro de legitimidade para se valorizar a mestiçagem generalizada em que nossa sociedade estava assentada. Na escala das políticas culturais, mais necessárias do que nunca para a unidade social, essas novas relações foram traduzidas em manobras cujas origens podiam mesmo ter um legítimo desejo de desenvolver o patrimônio humano nacional, mesmo que a gesticulação excessiva conotasse uma urgência de auto-afirmação. Como disse Jean Franco, “[...] the elite now sought, in folk culture, in the indigenous people and the environment, the values they had previously accepted from Europe.”

¹Fonte: Migrante, Memorial do Imigrante, São Paulo.

O apoio incondicional à idéia de construção de valores culturais que servissem para a redenção do país foi a marca dos mandatos de Mário de Andrade no Departamento Municipal de Cultura de São Paulo e de Gustavo Capanema no Ministério da Educação. Este era um intelectual mineiro do mesmo grupo de Carlos Drummond de Andrade, cuja carreira na política começara em meados dos anos de 1920 como vereador da pequena cidade de Pitangui, em 1930 havia sido nomeado secretário do Interior no governo do estado e já em 1934 atuaria como ministro da Educação de Getúlio Vargas, posto que ocuparia até 1945. Francisco Campos, o futuro mentor da Constituição do Estado Novo, redigida e promulgada em 1937, foi uma de suas inspirações políticas. A outra foi Alceu Amoroso Lima, “o intelectual reacionário” que propugnava uma educação privada e assentada em bases cristãs.

A fundação das primeiras grandes universidades laicas brasileiras, em meados do decênio de 1930, a Universidade de São Paulo e a Universidade do Distrito Federal, ambas sob a égide de Anísio Teixeira e do governo federal, seriam ações pontuais de seu mandato que, em alguns casos, como a Universidade do Distrito Federal, seria fechada anos depois por ordem do mesmo ministro, que começou a ver nelas um celeiro de idéias comunistas. Inclusive, há quem atribua o êxito da Universidade de São Paulo ao fato de que sua “implantação [...] ocorreu numa conjuntura política de transição, quando a burocracia estatal ainda não havia imposto sua hegemonia nesse campo” (MICELI, 2001, p. 497). Em 1940 seriam fundadas as primeiras universidades católicas (PUCs) do país, igualmente com anuência oficial.

Certamente o marco institucional para a

adoção de ações positivas no que concerne à alfabetização e ao fomento à cultura foi à criação do Conselho Nacional de Educação, 1931, e a Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, ambos sob a jurisprudência do Ministério da Educação e Saúde Pública, que depois se tornaria Ministério da Educação e Cultura. Enquanto o Conselho Nacional de Educação durou apenas seis anos (1931-1937), o SPHAN se mantém até os dias atuais, muito embora haja passado ao estatuto de Instituto (IPHAN) em 1979. Segundo Sérgio Miceli, esse órgão constituiu-se como um refrigério da cultura oficial, de vez que mesmo sob a égide de um regime autoritário, “a própria natureza das atividades a cargo do SPHAN contribuiu para que a agência fosse conquistando crescente autonomia de operação e gestão.” Mesmo assim, antes da Revolução de 1930, o movimento modernista havia auspiciado a incorporação de elementos que se consideravam como tipicamente nacionais ao estatuto de representáveis, como as heranças negras e indígenas no complexo cultural brasileiro, muito embora tenha sido o viés nordestino que haja se firmado com o advento da mídia.

Agora bem, a partir da metade do século XX, os ministérios da Educação da América Latina se tornaram coadjuvantes das políticas articuladas em crescente diálogo com outras instâncias do sistema, o que impôs uma dinâmica compartilhada com a indústria cultural. Não obstante, os programas que levou adiante Gustavo Capanema no Brasil e os modelos que ele incentivou ecoam hoje em dia nas manifestações expressivas da chamada cultura de massa, em que se encontram parâmetros estéticos decididos nos primeiros anos do século, fato que revela a influência

de suas propostas, mas também uma espécie de coincidência estratégica, de vez que na atualidade os meios parecem aproveitar o que já foi sagrado como eficiente.

As disputas entre os grupos de poder depois de 1930 podem ser advertidas nas tomadas de posição dos integrantes paulistas do movimento modernista de 1922. Mesmo sendo São Paulo o estado derrotado na Revolução, em favor de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, e dos estados nordestinos, seguiu como importante pólo cultural e locomotora econômica do Brasil. Até 1934, por exemplo, é no interior das rinhas entre os intelectuais filiados ao Partido Democrático e ao Partido Republicano Paulista, onde se pode intuir como estava organizada a vida cultural no Brasil até o período. Os integrantes do Partido Democrata, onde atuava Mário de Andrade, viam por bem manter apartadas sua posição política de suas obras literárias, ao passo que o grupo dos politizados de direita ou de esquerda, Plínio Salgado e Oswald de Andrade, filiados ao Partido Republicano Paulista, assumiam uma literatura comprometida, que derivou em revistas e manifestos como o *Pau-Brasil*, o *Verde e Amarelo* e *Anta*.

O curioso é que em todos os grupos, de direita, esquerda ou os *artepuristas*, o nacionalismo cifrado na iconografia regionalista e nas tradições folclóricas foi uma matéria-prima comum. Sem embargo, se antes de 1930 os paulistas mantinham certa prevalência devido a sua grandeza econômica, pelo que os grupos do modernismo podiam inventar e reinventar referências particulares, depois da Revolução de outubro, como foi dito, ainda que a influência paulista se mantivesse, especialmente em relação à produção dos cientistas sociais formados pela USP, os

nordestinos se tornaram os grandes sintetizadores das grandezas e mazelas do país, e sua literatura realista, social, localista, ganhou o estatuto de ser uma espécie de metonímia da expressividade nacional.

Para fins do decênio de 1930, os romances prediletos dos leitores brasileiros, afora as obras realizadas para o público feminino (nas coleções *Menina e Moça*, da José Olympio, ou a *Biblioteca das cenourinhas*, da Empresa Editora Brasileira etc.), “se enquadrava nos moldes do romance social” (MICELI, 2001, p. 155), e os autores diletos eram já Ciro dos Anjos, Raquel de Queiroz e Graciliano Ramos. Não obstante, eles obtiveram pouco apoio oficial, que foi endereçado aos intelectuais orgânicos do grupo de Plínio Salgado e, depois do decreto do Estado Novo, agruparam-se em torno da revista *Cultura Política* e do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). De qualquer maneira, como a rubrica editorial penetrasse cada vez mais no campo cultural brasileiro, e o romance desbancasse a poesia no gosto, os escritores “só puderam solidificar sua posição no mercado graças à boa acolhida do público e da crítica, e não apenas como resultado de sua atuação política ou de momentâneas sintonias doutrinárias” (MICELI, 2001:162).

1.2 Federalismo e as posições regionalistas

No Brasil, a questão do federalismo adotado desde a primeira Constituição, 1824, isto é, da parcela de autonomia que cabe aos estados diante da administração central, sempre foi objeto de discussão. Com o fim da influência econômica nordestina, na passagem dos séculos XVIII para o XIX, e das relações sociais que a circunstância declinante acar-

reta a representação mais consistente que se tem do Nordeste e de sua relação com a modernidade em ascensão, está nas obras de seus cientistas sociais e de seus poetas e ficcionistas. Em princípio, toda reação do Nordeste a uma elaboração cultural de vulto nacional tem um cunho aparentemente conservador, como no caso de Gilberto Freyre e o estudo *Casa Grande e Senzala*, 1933. Sem embargo o fato de haver dinamismo regional no interior do Brasil que ventile as discussões sobre a cultura num dado de libertação dos padrões acolhidos aqui dos centros mundiais de produção de idéias. E mesmo o errático estudo de Freyre, esquartejado pela esquerda, teve o valor de colocar as matrizes mais visíveis da cultura brasileira como protagonistas da história. As obras literárias, sob um foco sociológico, também assim devem ser observadas, bem como os filmes. Na produção midiática, esse viés conservador salta à vista, e aí então se instaura uma ideologia da cultura nacional (MOTA, 2008).

Em verdade, devido aos constantes embates entre as diferentes regiões em relação às medidas adotadas pelo governo executivo federal, no Brasil tendeu-se a cultivar um tipo de sentimento nacionalista dentro de cada região, ciosa de suas tradições, o que no plano da ficção fica claro desde a obra panorâmica de José de Alencar até os ciclos regionais de cinema. O caso nordestino se torna exemplar ao serem observadas as muitas reações políticas ocorridas na região desde antes da Independência² até o *Manifesto Regionalista*,

² O quilombo de Palmares foi um povoado criado a partir de uma sublevação de escravos de Pernambuco que fugiram para o sul da capitania no século XVII, no que hoje é o estado de Alagoas. A Guerra dos Mascates ocorreu no século XVIII em Recife e Olinda. A Revolta de Beckman ocorreu no Maranhão

1926, de Gilberto Freyre, claro protesto ao regionalismo elaborado na rua Augusta pelos modernistas e um panegírico às tradições nordestinas, selecionadas segundo a ótica do sociólogo. De qualquer maneira, a complexidade no fenômeno dinâmico das hegemônias simbólicas no Brasil é inabarcável, portanto aqui nos concentraremos em dois pontos, especialmente na questão do avanço das marcas regionais sobre as expressões da indústria cultural, elaboradas nos centros econômicos do país, e, como consequência, na questão da mimese, isto é, como o regionalismo formula uma unidade simbólica que funciona como representação de uma dimensão específica da nacionalidade brasileira.

Como Antonio Candido, acreditamos que “nosso nacionalismo foi antes forjado em posições regionalistas” (2000, p.113). Deve-se recordar que entre os artistas e os formadores de opinião, as dissidências ocorreriam por motivos relacionados com a codificação dos significados, o que era questionado, sobretudo pelos escritores. Os nacionalistas mais engajados, solidários com os programas oficiais, incorriam em um trabalho artístico cujo conteúdo era negociado antecipadamente, pelo que os resultados de suas obras eram sempre bastante previsíveis. Os outros exaltavam o discurso da autonomia da arte. No período de 1930, esse torneio intelectual não ocorria apenas no Brasil, mas entre os

no século XVII. Dos três levantes ocorridos à época da Independência, Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração dos Alfaiates (1798) e a Revolução de 1817, as duas últimas foram no nordeste, na Bahia e em Pernambuco, respectivamente. Houve ainda a Confederação do Equador (1824), com Pernambuco na liderança de insurgentes no Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, a Cabanada (1832) também em Pernambuco e Alagoas, a Revolta dos Malês (1835), na Bahia, e no mesmo lugar, a Sabinagem (1837).

brasileiros os termos foram bastante reveladores das seqüelas autoritárias que a revolução de 1930 ia deixando no plano das idéias.

No caso nordestino, por exemplo, as expressões se dividiam entre os que exerciam um estilo e um tratamento conservador dos temas, como Gilberto Freyre e José Lins do Rego, e outro de ordem intimista ou francamente revolucionário, como Raquel de Queiroz e Graciliano Ramos, “quando o realismo paisagístico dá lugar, diríamos, a um ‘paisagismo’ histórico” (ALBUQUERQUE, 1999, p. 152). De fato, Antonio Candido pondera que se “fosse possível estabelecer uma lei de evolução da nossa vida espiritual, poderíamos talvez dizer que toda ela se rege pela dialética do localismo e do cosmopolitismo.” A explicação de Boris Fausto (1994, p. 261) para a especificidade da situação brasileira ajuda a que vejamos sob um prisma semelhante os eventos políticos e os estéticos:

Oligarquia é uma palavra grega que significa governo de poucas pessoas, pertencentes a uma classe ou uma família. De fato, embora a aparência do país fosse liberal, na prática o poder foi controlado por um reduzido grupo de políticos em cada Estado.

A República concretizou a autonomia estadual, dando plena expressão aos interesses de cada região. Isso se refletiu no plano da política através da formação de partidos republicanos restritos a cada Estado. As tentativas de organizar partidos nacionais foram transitórias ou fracassaram. Controlados por uma elite reduzida, os partidos republicanos decidiram os destinos da política nacional [...]

Para seguir com a tarefa de definir o fenômeno de regionalização brasileiro, ou de nacionalização do regional nordestino no país,

poderíamos utilizar a categoria *habitus*, cunhada por Marcel Mauss (1959) e reaproveitada por Pierre Bourdieu (1992), para mostrar como são adquiridas predisposições simbólicas duradouras e intercambiáveis dentro de cenários sociais determinados. Essa noção de alguma maneira identifica as funções que o regionalismo e os gêneros midiáticos tiveram em seu âmbito de atuação e são nomenclaturas que resumem esse horizonte de figurações e significações plausíveis em qualquer estado-nacional, e significam consensos da imaginação.

O nacionalismo tende a ser descrito como algo relacionado com o espírito comunitário, que pode ser associado a um campo de possibilidades semânticas. Nos termos em que se desenvolveu essa noção recentemente, Immanuel Wallerstein se destaca ao distinguir entre um nacionalismo cultural e outro constitucional (2003), e Cornejo Polar dá bons exemplos ao recordar que antes das nações ou dos estados nacionais, havia já entre os incas e quéchuas um espírito nacional (2000). Antonio Candido crê que no Brasil as regiões mantêm as suas idiossincrasias a ponto de que poderiam constituir-se uma nação à parte (2000). Longe de uma balcanização, onde os elementos religiosos e étnicos são cruciais, talvez mais próximas aos casos ibéricos, em que a união federal foi orientada por questões de interesses econômicos etc. O que chamamos de nacionalismo existe, portanto, antes do surgimento da noção, e está mais ancorado em fenômenos locais e provisórios, do que em sólidos valores gerais. E aqui, entre nós, o nacionalismo é uma noção ainda mais vaga e para ser atualizada em uma experiência convoca, antes de qualquer coisa, uma iconografia folclórica num contexto que se revela a identidade cul-

tural, o surgimento e as potencializações do localismo e da proximidade legitimados por representações simbólicas e midiáticas.

1.3 A identidade cultural, o localismo e a proximidade no campo midiático

A identificação individual e coletiva pela cultura tem como corolário à produção de uma *alteridade* em relação aos grupos cuja cultura é diferente. Portanto, o indivíduo não é um ser sob influência, inteiramente comandado, de fora pela sociedade à qual ele pertence e de dentro por sua própria cultura incorporada. “Cada um age sobre si mesmo e sobre os outros, de acordo com os seus meios, grandes ou pequenos” (WARNIER, 2000, p. 19). Esta ação comporta certa parte de liberdade e de racionalidade. É neste ponto que a cultura e a identificação têm um papel importante, ao propor repertórios de ação e de representação. Os repertórios dão sentido à sua ação. Eles legitimam o sujeito diante dos seus protagonistas.

Ao fornecer repertórios de ação e de representação à nossa escolha, a cultura, a tradição, os processos de identificação preenchem uma função de orientação, de relacionamento, mediação. A cultura tem a capacidade de orientação e de estabelecer relações significativas entre os elementos do meio: pessoas, instituições, acontecimentos. É uma capacidade de acionar referências, esquemas de ação e de comunicação (WARNIER, 2000, p. 21).

A identidade passa pelo local, como cita Canclini, e é preciso repensá-la, pois em tempos modernos, a identidade dá lugar há vários repertórios:

(...) la indentidad en tiempos de globalización es représala como una identidad multicultural que se nutre de varios repertorios, que puede ser multilingue, nómade, transitar, desplezar-se reproducirse como identidad en lugares lejanos del territorio donde nació esa cultura o esa forma identitaria (CANCLINI, 1997 p. 80).

Neste sentido, a identidade local procura pensar os lugares, os territórios de onde nasce cada cultura, e a partir daí, manifesta-se. Nestor García Canclini (1997, p. 33) explica que: “toda sociedad tiene cultura, por lo tanto no hay razones para discriminar o descalificar a las otras”.

A maneira como Canclini (1997, p. 38) aponta esse raciocínio é que “la cultura es una instancia simbólica donde cada grupo organiza su identidad es decir muy poco las actuales condiciones de comunciación globalizada”. Quer dizer, temos de analisar a complexidade que assumem as formas de interação, de discriminação, de hostilidade com os outros nestas situações de confronto permanente. Portanto, é preciso levar em conta dois pontos: “las industrias culturales y el de las ciudades” (CANCLINI, 1997, p. 38). Então, isso vai nos levar a viver hoje a multiculturalidade. Ou seja, toda a problemática sobre cultura e comunicação deve ser investigada a partir da problemática multicultural. É por este tipo de processos sociais que é possível pensar e repensar a cultura de maneira surpreendente, inclusive, já observando âmbito da modernidade.

A segunda questão levantada por Canclini (1997) é “la cultura es vista como una instancia simbólica de la producción y reproducción de la sociedad”. A cultura não é um suplemento decorativo, algo para as atividades de ócio ou para a recreação espiritual de

todos os trabalhadores cansados; a cultura é algo constitutivo, presente também dentro do trabalho, das interações cotidianas, na medida em que todos estes lugares se configuram como estímulos aos processos de significação. Isto leva algumas conseqüências importantes: “rebaten las distinciones brutales entre cultura y sociedad, o ente lo material y lo simbólico” (CANCLINI, 1997, p. 40).

Qualquer prática social é um trabalho e o consumo está indicando um nível de significação que dá sentido a essa prática, que constitui nossa interação na sociedade. Então, quando dizemos que a cultura é parte de todas as práticas sociais, porém não é equivalente a sua totalidade, estamos dizendo e distinguindo cultura e sociedade. Neste processo, a cultura aparece como parte de qualquer produção social, e parte também de uma reprodução. Isto se encontra muito bem na teoria ideológica de Althusser (1980), quando o mesmo aponta que a sociedade se reproduz através de ideologia. Todavia, nos parece melhor a nossa reflexão o pressuposto de Pierre Bourdieu (1979) quando estabelece a cultura como “espaço de reprodução social e organização das diferenças”.

Uma terceira linha é “la cultura como una instancia de conformación del consenso y la hegemonía, o sea de conformación de la cultura política, y también de la legitimidad. La cultura es la escena en que adquieren sentido los cambios, la administración del poder y la lucha contra el poder” (CANCLINI, 1997, p. 40).

A quarta, “la cultura como dramatización eufemizada de los conflictos sociales”. Ou seja, a partir desse raciocínio que passa pelas chamadas sociedades primitivas, que muito ocorre na vida social, para que não seja uma luta a morte; para que não suceda uma sim-

ples guerra, tem-se que ser uma “eufemización de los conflictos sociales, una manera de dramatizar lo que nos está pasando. Por eso tenemos teatro, artes plásticas, cine, canciones, etc”. Esta vertente da cultura como “dramatização eufemizada” dos conflitos sociais, com o teatro, como representação, foi muito trabalhado por Brecht, Walter Benjamin e outros. Também está relacionada com a linha anterior, com a conformação do consenso e hegemonia, porque estamos falando de lutas pelo poder, de lutas, dissimuladas, encobertas que tem a construção do poder na sociedade.

Portanto, as vertentes de Canclini (1997) não estão desconexas. Através de qualquer uma dessas podemos entender sobre a cultura e conseqüentemente a identidade: “la cultura como instancia donde cada grupo organiza su identidad” (CANCLINI, 1997, p. 40), ou seja, o exemplo de bens culturais no âmbito local e que organiza sua identidade regional; e cultura como “una instancia simbólica de la producción y reproducción de la sociedad” (1997, p. 40).

A partir destas premissas que envolvem identidade cultural passamos para compreender o conceito de localismo e de proximidade que estão relacionados diretamente com a construção e significações do campo midiático.

No começo da segunda década do século XX se inicia o processo de uma economia baseada em produção de bens industriais e outra estruturada, fundamentalmente, em torno do tratamento da informação. A partir deste tratamento, os indicadores americanos e muitos europeus apontaram em busca de redutos localizados. É um princípio de gestão, como afirma Maciá Mercadé (1997, p.52) “que la decisión se tome lo más posi-

ble de donde se la demanda”. Ou seja, este princípio aplicado à informação, coloca em primeiro lugar lógico e histórico, a aparição de uma mídia local, que cumpre assim, de imediato, o âmbito de convivência social.

Outro ponto que Maciá Mercadé (1997) identifica quando tratamos do localismo, é o chamado princípio de “subsidiariedade”, isto é, que o superior não invade o âmbito de competência do inferior. Por exemplo, no caso da informação, um periódico nacional ou regional nunca satisfaz plenamente o direito, a saber, do leitor local; a que se refere a sua quotidianidade mais imediata. Portanto, não chega a uma extensão e profundidade tão detalhada e rigorosa.

Nesta altura, o fenômeno do localismo que com o universal acaba se complementando é uma das tendências indispensáveis para o funcionamento geral das redes de informação, segundo o pesquisador galego Xosé López García:

(...) uma de las tendencias punta de la información sigue siendo la potenciación de lo local y de los medios locales como elementos indispensables para el funcionamiento general de las redes de información. Las nuevas tecnologías no rebatieron estas tesis, sino que ratificaron su validez. Em el cambio de siglo, los contenidos informativos son globales y generales en la concepción y los esquemas, y locales en la aplicación y la captación (1992, p. 32).

Xosé López García (1992) define essa característica local a partir de uma tradição cujo papel é a conservação de uma identidade. E apesar da tendência do local ser complementar ao global, não há um enfrentamento e sim tensões que buscam o equilíbrio entre as questões mais imediatas e as

que se produzem arraigadamente à realidade da vida dos cidadãos de uma comunidade.

Esta sociedade da informação compensa seu efeito de mundialização com o fenômeno de descentralização e de fragmentação das audiências, que possui o local. A conseguinte desmassificação dos meios de comunicação e a revalorização do direito a diferença propiciam a potência dos meios locais, contraponto, e inclusive, o declínio dos nacionais.

Essa característica local é consequência do processo de introdução das novas tecnologias de informação, que propendem a individualizar a comunicação. Por fim, cresce o interesse pela notícia local, em um marco de informação personalizada. Ou seja, como aponta Victor Urrutia (1988):

en una sociedad caracterizada por el anónimo y por la dimensión mundial de los acontecimientos, está emergiendo una corriente revitalizadora de lo particular, lo privado, lo local. (...) se inscribe en la búsqueda de la identidad personal del individuo. Desde el punto de vista comunitario y comunicacional, el interés por la identidad se centra en la ocupación de los espacios locales, los ámbitos más cercanos de las relaciones sociales.

A significação deste fenômeno, em que podemos qualificar como “localismo” se acentua, ainda mais, com as orientações das novas tecnologias numa perspectiva positiva no sentido de criação e difusão de grupos ou redes de comunicação. É graças à tecnologia que podemos pensar nos avanços de empresas de mídia por todo o Brasil.

Por fim, a cultura local e o conceito do localismo estão em contato com o nacional e o mundial, mesmo recusando, por vezes, as tendências globalizadas.

Para já, o conceito de proximidade está longe de ser “apanágio dos *media* local-regionais”. Na realidade, trata-se de uma questão transversal no esforço de comunicar conteúdos considerados pertinentes aos seus leitores e telespectadores, particularmente, na definição de estratégias empresariais com objetivo de conseguirem a fidelização dos públicos. Grosso modo, vemos as estratégias utilizadas tanto nos *media* regionais e locais como nos de maior expansão, de âmbito nacional.

Por exemplo, no mercado de proximidade, à medida que a concorrência entre os grandes títulos e redes nacionais se acentua, surge como uma alternativa, num contexto midiático cada vez mais exigente no sentido financeiro, e onde só os grandes parecem ter lugar. A imprensa, o rádio, a televisão local, além de fornecer informação próxima, credível, podem e devem funcionar como referência de mudança na sociedade. Como vemos, novamente, o papel estratégico da proximidade dos *media* locais e regionais em face ao seu público volta a ser evidenciado.

O valor da proximidade local e ideológica dos acontecimentos pode inferir-se em diferentes critérios. A proximidade ideológica resulta, em linhas gerais, numa consonância. A proximidade local inclui a pressuposição de conhecimentos adquiridos, bem como o da relevância: sabemos mais sobre a nossa própria aldeia, cidade, país, continente, em parte nossa experiência direta e pelas comunicações informais das experiências de outros que conhecemos.

Por isso, os acontecimentos que nos são mais próximos são compreendidos. E acrescenta: “uma notícia com repercussão é aquela que gera informações e comentários ao longo de vários dias nos diários e nos

restantes meios de comunicação” (CAMPO-NEZ, 2002, p. 117).

A descoberta do conceito de proximidade assumiu uma importância maior, nos últimos anos, constituindo-se como uma estratégia para recuperar o público, que normalmente, está alheado dos grandes meios de comunicação de massa.

Considerações finais

A formação da cultura nacional tem ênfase na produção simbólica e circulação dos produtos midiáticos, geradores de discursos que se legitimaram desde o século XIX e estão até hoje na dinâmica da vida cotidiana, da agenda e das transformações de uma brasilidade idiossincrática e plural.

Buscamos mapear as primeiras iniciativas do estado brasileiro numa configuração federalista a apontar a constituição da nossa cultura. Pois, o Brasil apresenta diferentes mecanismos de produção e reprodução vindos de uma historicidade tradicional que caracteriza o nacional. No século XX as forças econômicas da indústria cultural em várias ocasiões tomaram o controle dessa tarefa e se tornaram um ator importante na representação das culturas nacionais ou, em todo caso, de sua versão *globalizada*.

Com estado independente e com a criação de políticas culturais no Brasil, assim como outros países da América Latina, a simbologia pátria, nacionalista seguiu com o programa moderno, apropriando-se de estruturas institucionais universalistas a fim de organizar uma sociedade embasada em relatividades culturais arraigadas.

Somam-se ainda o fenômeno de apropriação/territorialização, o avanço na construção das estruturas do Estado, o espaço mí-

tico da urbanidade em que as idéias eram discutidas e o processo de adaptação das gerações migrantes. Portanto, as manifestações da cultura popular foram integradas ao espectro oficial de representações da nação formada sob a estratégia da busca de enfraquecer as mentalidades colonialistas.

No Brasil da sua primeira Constituição o federalismo ganhou autonomia, na qual coube a administração central tomar para si os rumos da nação, principalmente, no que competia a chamada modernidade. O dinamismo regional, as potencialidades do interior do Brasil ventilaram as discussões sobre cultura, dando uma liberdade dos padrões que por cá foram acolhidos, vindo dos centros mundiais de produção de idéias.

Neste sentido, surgiu a identidade local que muito contribuiu a pensar os lugares, os territórios de onde nasce cada cultura, e a partir daí, manifestar-se. Somando-se a proximidade cujo objetivo de fidelização demonstrou e reforçou o campo idiosincrásico do povo brasileiro alimentando, distanciando-se do iberismo. E os *mass media*, porta-vozes e representantes de uma realidade fracionada, recortada e maquiada foram e ainda são os indicadores de uma identidade do Estado-nação.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Durval Muniz. *A invenção do nordeste*. Recife/São Paulo: Fundação Joaquim Nabuco e Editora Cortez, 1999.
- ALTHUSSER, Louis. “Ideología y aparatos ideológicos del Estado (notas para una investigación)”. In: *La filosofía como arma de la revolución*. México: Pasado y Presente, 1968.
- BATALLA, Guillermo Bonfil. *Pensar nuestra cultura*. México: Alianza Editorial, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. *Les règles de l'art. Genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Seuil, 1992.
- _____. “A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a região”. In: *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1994.
- CAMPONEZ, Carlos. *Jornalismo de proximidade: rituais de comunicação na imprensa regional*. Coimbra: Minerva, 2002. p. 289.
- CANCLINI, Nestor García. *Cultura y comunicación: entre lo global y lo local*. La Plata: EPC, 1997.
- CÂNDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- CASTAÑEDA, Carlos. *La utopia desarraigada. Intrigas, dilenas y promesas de la izquierda em América Latina*. México: Joaquín Mortiz, 1993.
- COSTA, Emília Vioti. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1994.
- LÓPEZ GARCÍA, Xosé. *A prensa local e comarcal en Galicia*. De. LEA. Santiago de Compostela, 1992.

- GRAMSCI, Antonio. “La formación de los intelectuales”. In: *Los intelectuales y la organización de la cultura*. México: Juan Pablos, 1975.
- Historia de las universidades de América Latina*. México: Unión de universidades de América Latina, 1999.
- HOBBSAWM, Eric e Terence RANGER. *The Invention of Tradition*. Cambridge: University of Cambridge, 1992.
- MACIÁ MERCDEÉ, Juan. “La fuerza del periodismo local en la era de la globalización electrónica”. In: RAMOS FERNÁNDEZ, Fernando. *Estúdios de periodística V*. Número Especial dedicado al Periodismo Local. Facultad de Ciencias Sociales, Universidade de Vigo, Pontevedra, 1997. pp. 45-67.
- MAUSS, Marcel. *The Gift: Forms and Functions of Exchange in Archaic Societies*. Glencoe: III, Free Press, 1954.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- Migrante*, Memorial do Imigrante, São Paulo.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. *Pontos de partida para uma revisão histórica*. São Paulo: Editora 34, 2008.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- POLAR, Antonio Cornejo. *O condor voa. Literatura e cultura latino-americanas*. Trad. de Ilka Valle Carvalho. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 2000.
- Medina. São Paulo: Boitempo, 2007.
- RAMA, Ángel. *La ciudad letrada*. Honover: Ediciones del Norte, 1984.
- URRUTIA, Victor. “Prensa y sociedad”. In: *La prensa ante el cambio de siglo*. Bilbao: Deusto, 1988.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O fim do mundo como o concebemos. Ciência social para o século XXI*, trad. de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- _____ *O Universalismo europeu. A retórica do poder*, trad. de Beatriz
- WARNIER, Jean-Pierre. *A mundialização da cultura*. Bauru/SP: Edusc, 2000.